

ESTRATEGIAS UTILIZADAS POR TRADUDOR/INTERPRETE DE LIBRAS EM SALA DE AULA

Juliana de Santana Ribeiro¹ & Luiz Fernando Ferreira de Barros¹

1- Escola Técnica Estadual Almirante Soares Dutra

Resumo

Este artigo traz breves concepções teóricas acerca de temas referentes ao mundo do tradutor/intérprete de língua brasileira de sinais (Libras) além de estratégias utilizadas por tais profissionais no trabalho. O objetivo principal das discussões entre os conceitos é demarcar as características deste profissional, juntamente com pontuações sobre a Lei Libras e a inclusão de alunos surdos em classes comuns. Destaca-se na prática do tradutor/intérprete um fator de interferência linguística, termos da língua portuguesa, que ainda não possuem sinais correspondentes em Libras em contextos específicos, o que pode ocasionar entraves linguísticos e ausência de agilidade e coerência nas interpretações.

Palavras-chaves: interpretação, Libras, educação de surdos.

Introdução

As línguas de sinais são línguas naturais das comunidades surdas e, contrariando o que muitas pessoas imaginam, as mesmas não são simplesmente mímicas e gestos soltos, utilizados pelos surdos para facilitar a comunicação, pois elas possuem estruturas gramaticais próprias, bem como níveis lingüísticos: fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático que caracterizam as línguas naturais. O que diferencia as línguas de sinais das demais línguas é a sua modalidade visual-espacial (KARNOPP, 1999). Há também a crença de que haveria uma única língua de sinais usada por todas as pessoas surdas, sendo essa convicção errônea, porque cada país possui sua própria língua de sinais.

Na atual proposta, inclusiva, a educação de surdos introduz a presença do intérprete de Libras na escola regular como tentativa de garantir à criança surda a transmissão, em uma língua gesto-visual, dos conteúdos veiculados pelos professores ouvintes. O intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) é essencial no processo de inclusão na escola do aluno surdo independente do nível escolar, seja no ensino regular, no médio e até no superior.

Quadros e Karnopp (2004) em seu estudo sobre Língua Brasileira de Sinais dão uma definição de língua de sinais mostrando sua amplitude e complexidade:

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação, por exemplo, produtividade ilimitada (no sentido de que permitem a produção de um número ilimitado de novas mensagens sobre um número ilimitado de novos temas); criatividade (no sentido de serem independentes de estímulo); multiplicidade de funções (função comunicativa, social e cognitiva – no sentido de expressarem o pensamento); arbitrariedade da ligação entre significante e significado, e entre signo e referente); caráter necessário dessa ligação; e articulação desses elementos em dois planos – o do conteúdo e o da expressão. As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela lingüística como

línguas naturais ou como um sistema lingüístico legítimo, e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios lingüísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças (QUADROS e Karnopp, 2004 p.30).

Em todo mundo a partir da década de 1990 foi promulgadas com muita força a defesa de uma política educacional de inclusão dos indivíduos com necessidades educativas especiais, propondo maior respeito e socialização efetiva destas pessoas, contemplando também as pessoas com surdez.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº. 9394/96) instituiu, entre outros princípios, a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" e aconselhou que a educação para "educando com necessidades especiais" ocorra, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Na estruturação da educação brasileira, o discurso científico, as idéias de modernização e racionalização estão presentes desde os primórdios da educação especial também. A crença nas "potencialidades inatas" vai fundamentar um pensamento meritocrático, presente em nossa história passada e também na organização da sociedade atual. A evolução dos serviços de educação especial caminhou de uma fase inicial, eminentemente assistencial, visando apenas o bem-estar da pessoa com deficiência, para uma segunda, em que foram priorizados os aspectos médicos e psicológicos, chegando às instituições de educação escolar e provocando a integração da educação especial no sistema geral de ensino. Atualmente, tal processo depara-se com a proposta de inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de aula

Diante do exposto este trabalho teve o objetivo de conhecer e compreender como se dá a utilização de estratégias dos interpretes de Libras em sala de aula.

1 Lei Libras

Tomando por base a educação de surdos e o que lhe é de direito conforme previsto no decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, tendo em vista a proposta de educação inclusiva que prevalece hoje no país, são as salas mistas que conta com o Tradutor / Intérprete de Libras de LIBRAS nas traduções de conceitos, idéias, acontecimentos e valores da cultura humana.

Mediante a atuação do intérprete em sala de aula há algumas especificidades próprias da língua de sinais o qual no dia-a-dia os profissionais utilizam o recurso das estratégias diversas, a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 diz: "No Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de

expressão a ela associados.” Nesta parte acima em destaque vemos o que a lei explicita sobre outros recursos de expressão a ela associados, pois é justamente o que os intérpretes fazem na utilização das estratégias nas aulas para chegar junto com os alunos surdos, professores e colegas a um melhor aproveitamento dos conceitos trabalhados.

2 Inclusão x necessidades surda x Interprete de Libras

A inclusão escolar se contrapõe à exclusão escolar e tem representado o espaço comum daqueles que se dedicam à de pessoas com necessidades educacionais especiais, aparece no centro de todas as discussões acerca da significação de ser deficiente. Visto que, os termos e expressões empregados pela educação especial para designar tais pessoas comumente têm gerado inúmeras ambigüidades e distorções no entendimento e na aplicação de seus significados. O critério no emprego do referido termo não configuram preciosismo lingüístico, mas uma necessidade que se impõe para a remoção de barreiras atitudinais, decorrentes de juízos equivocados sobre a capacidade das pessoas com necessidades educacionais especiais e o respeito às diferenças. Trabalhar esta questão é um desafio para o nosso tempo.

A partir dos anos 60 Perrenoud (2000) aponta algumas etapas do processo de democratização do ensino. Uma primeira etapa ocorreu com a consciência da desigualdade e a busca das soluções para os obstáculos geográficos e financeiros e a descentralização dos estabelecimentos em zonas afastadas e carentes. A segunda etapa atingiu também o Ensino Médio, ampliando a oferta de vagas e permitindo a elevação das taxas de escolarização, aumentando a média de anos de escolaridade. Essa democratização é acompanhada por uma maior igualdade entre alunos e alunas. A terceira e última etapa, diz respeito à necessidade da luta da desigualdade ser elevada ao nível do próprio estabelecimento de ensino. Os estudos e pesquisa revelam as necessidades das medidas de democratização voltar-se para o núcleo dos mecanismos de fabricação do fracasso, que as medidas financeiras ou geográficas e as reformas de estruturas não puderam encetar.

Algumas escolas incluem alunos com deficiência, outras ensinam crianças de classe social desfavorecida, outras atendem jovens em Liberdade Assistida e outras oferecem ensino bilíngue aos alunos surdos. As mesmas escolas que incluem um segmento da população podem estar discriminando outra, seja por não aceitar a matrícula, seja por permitir mecanismos preconceituosos no seu cotidiano.

Ao matricular alunos surdos em turmas de ouvintes, é necessária a presença de uma tradutor/intérprete na sala. O tradutor/intérprete de Libras é um profissional que atua em

diferentes contextos. O seu campo de trabalho é bastante amplo, pois corresponde a necessidade comunicativa dos surdos. Apesar dessa diversidade no exercício da profissão, as instituições de ensino destacam-se como áreas de maiores atuações do tradutor/intérprete, em menores proporções estão à presença em conferências, seminários, na realização de traduções escritas e acompanhamento aos surdos.

De acordo com Quadros (2007, p.7) o tradutor/intérprete de Libras é conceituado como “a pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais”. Dentro desse processo interpretativo, língua de sinais para língua oral e vice-versa destacam-se modalidades, competências e habilidades que o profissional deve envolver na sua prática.

Metodologia

1 Os caminhos percorridos

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos foi dividida em duas etapas, a primeira se deu no levantamento bibliográfico que é de suma importância para o bom desenvolvimento de qualquer trabalho científico. E a segunda etapa da pesquisa se deu em entrevistas a interpretes de Libras.

A metodologia utilizada para construção da primeira etapa do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, em que foi tomado como base o levantamento de informações encontradas na literatura especializada, tais como: trabalhos científicos, trabalhos monográficos (TCC, dissertações e teses), livros e revistas relevantes ao tema. As informações coletadas através da literatura foram articuladas a fim de estabelecer respostas às indagações propostas.

A pesquisa bibliográfica constitui de acordo com Cervo e Bervian (1983) uma parte da pesquisa descritiva ou experimental, quando tem por objetivo recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar. Ela é parte obrigatória de qualquer trabalho científico, pois é por meio dela que se tem conhecimento da produção científica.

Gil (1999) explica que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, mas isso não deixa de ser um tipo de trabalho importante para o meio acadêmico. A pesquisa bibliográfica mostra a visão de vários autores sobre um mesmo tema, evidenciando os pontos positivos e os negativos e também onde concordam ou divergem.

A produção científica de uma categoria profissional revela “a ideologia da mesma, o seu direcionamento técnico, científico e político, as preocupações centrais e subjacentes da profissão e ainda revela o que está se passando na realidade prática” diz Carrasco (1987).

Como técnica, a pesquisa bibliográfica compreende a leitura, seleção, fichamento e arquivo dos tópicos de interesse para a pesquisa em pauta, com vistas a conhecer as contribuições científicas que se efetuaram sobre determinado assunto (FERRARI, 1982).

Após o levantamento bibliográfico, partimos pra segunda fase do trabalho, as entrevistas. Uma pesquisa é um processo sistemático de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos e ou corroborar ou refutar algum conhecimento. A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso exploratório e descritivo, com uma abordagem qualitativa, que possibilita avaliar resultados individuais dos participantes e a dinâmica interna de processos e atividades. As chamadas metodologias qualitativas implicam num processo de coleta de dados em que o pesquisador passa um tempo maior em contato com a realidade examinada; seja observando, participando, dialogando e ouvindo bem como, integrando o espaço social que é o seu objeto de pesquisa.

A abordagem qualitativa, segundo Lazzarini (1997), são métodos que caracterizam-se por um foco maior na compreensão dos fatos que propriamente na sua mensuração. E que são empregados em casos em que a riqueza dos detalhes é mais relevante do que as informações quantitativas.

Para Minayo *et al.* (1994, p.27)

as informações dos detalhes são úteis para a solução de problemas e poderá dar contribuições sobre o tema abordado. Uma característica da pesquisa qualitativa é o envolvimento com um nível de realidade que não pode ser totalmente quantificado, como por exemplo, percepções individuais, motivos, comportamento, valores e crenças.

O instrumento de pesquisa se deu através da utilização de entrevista aberta, este instrumento é respondido pelas pessoas que participam do processo de coleta de dados.

Resultados

Os interpretes entrevistados possuem diferentes estratégias para utilizar na interpretação em sala de aula, mas todos se utilizam da dantilologia, que é a formação de sinais provisórios para palavras que não o possui. Esta técnica é utilizada com bastante ênfase, pois muitas disciplinas os termos técnicos não possuem ainda sinais na língua de sinais. Apesar das diversas técnicas utilizadas, sempre se leva em consideração que deve ser feito o possível para que o aluno surdo compreenda a essência do que esta sendo dito.

Outras técnicas são utilizadas, dependendo do contexto, a seguir técnicas específicas de cada interprete entrevistado.

A interprete nas salas de nível médio relata:

“Se o professor vai fazer ditado, o intérprete desenha a figura no quadro ou mostra uma foto”

Esta técnica é bastante interessante, porém deve-se ser planejada antecipadamente com o professor, afinal as figuras e fotos devem estar com o intérprete no momento do ditado.

Já a intérprete de salas de nível fundamental, nos diz:

“Por exemplo, em uma determinada interpretação para um aluno surdo que não domina todos os sinais utilizei intensificadores e classificadores de mão”

Os classificadores de mão são utilizados quando o surdo não tem conhecimento de certos sinais que indiquem lugares, objetos, pessoas, dentre outros. O intérprete se utiliza de gestos casuais e de censo comum juntamente com sinais da Libras que o surdo conhece, para que o mesmo compreenda do que se trata.

No que concerne a intérprete da modalidade de ensino superior, o que se destacou na fala dela foi:

*“Já conversei com aluno depois da aula pra explicar melhor”
“No superior é bem técnico”*

Isto depende do intérprete, pois nem todos se dispõem ficar após seu horário para elucidações do conteúdo exposto. Apesar de que a prática nas escolas de nível superior seja que o intérprete acompanhe o(s) aluno(s) surdo(s) no trajeto de seu desenvolvimento na instituição de ensino, promovendo assim uma maior afinidade entre intérprete e surdo.

Considerações Finais

A aprendizagem é uma atividade que deve ser olhada e vivenciada pelos indivíduos, que a incorporam juntamente com as diversas informações e experiências, que promovem modificações estáveis na dinâmica grupal de sua realidade.

A partir da constatação refletida neste trabalho, se abre espaço para que se disponibilizem recursos que façam frente aos desafios, no que se refere ao processo de aprendizagem. Neste sentido o fazer do intérprete de Libras se transforma, podendo se tornar uma ferramenta poderosa dentro da unidade escolar.

Os objetivos aqui evidenciados foram alcançados, pois o trabalho trouxe novas formas de se observar as questões relacionadas as estratégias utilizadas pelos intérpretes. O trabalho foi de grande contribuição, pois deixou claro o quanto este profissional pode interferir de maneira positiva no processo de aprendizagem e também fazendo com que muitos alunos que

antes mostravam problemas de aprendizagem passassem a ver essa questão por um ângulo de melhoria.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. In: BRASIL. Presidência da República.

BRASIL. **Lei nº 9394** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20/12/96.

CARRASCO, M.A.P. Influência das Escolas de Administração Clássica e Científica na produção científica da enfermagem brasileira. **Dissertação** (Mestrado em Enfermagem). Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP; 1987.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

FERRARI, A.T. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KARNOPP, L. B. Aquisição fonológica na Língua Brasileira de Sinais: Estudo longitudinal de uma criança surda. **Tese** (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1999.

LAZZARINI, S.G. **Estudos de caso para fins de pesquisa: aplicabilidade e limitações do método**. In: FARINA, E. M. M. Q. (Coord.) Estudos de caso em agribusiness. São Paulo: PIONEIRA, 1997.

MINAYO, M.C. et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

PERRENOUD, P. **Pedagogia diferenciada**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 2000.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p.

QUADROS, R.M. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2007